

STJ00111727

Coordenação
Tarcisio Teixeira
Américo Ribeiro Magro

PROTEÇÃO DE DADOS

Fundamentos jurídicos

2ª Edição

2021

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br

1192290



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

P967 Proteção de dados: fundamentos jurídicos / coordenadores Tarcisio Teixeira, Américo Ribeiro Magro – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
272 p.

Vários autores.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5680-514-6

1. Direitos Fundamentais. 2. Proteção de dados. I. Magro, Américo Ribeiro. II. Teixeira, Tarcisio. III. Título.

CDD 341.27

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A (IN)EFICÁCIA DO DIREITO À ANONIMIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM FACE DA ANÁLISE DE <i>BIG DATA</i> DOS METADADOS PRODUZIDOS NO ÂMBITO DA INTERNET DAS COISAS.....	13
1. Introdução	14
2. Preliminarmente: Afinal, o que são dados (pessoais)?	14
2.1 Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados.....	18
2.2 Metadados.....	20
3. Internet das Coisas e <i>Big Data</i> : Conceitos e correlações	23
3.1 Internet das Coisas e o Decreto nº 9.854/2019	28
4. A proteção e a disciplina do tratamento de dados na legislação brasileira.....	30
4.1 O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)	30
4.2 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).....	34
5. Os dados produzidos na IoT e a (in)eficácia das técnicas de anonimização em face de análises de <i>big data</i>	39
6. Conclusões	48
7. Referências bibliográficas.....	50
2. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES....	53
1. Introdução	53

2.	Sociedade de Informação: a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em confluência com o Estatuto da Criança e do Adolescente.....	57
3.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o tratamento dos dados sensíveis e a tutela de crianças e adolescentes.....	70
4.	Conclusões	83
5.	Referências bibliográficas.....	85
3.	A OBRIGATORIEDADE DE ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS APÓS O TÉRMINO DE SEU TRATAMENTO E A APLICAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO	89
1.	Introdução	89
2.	Eliminação dos dados pessoais	91
2.1	Eliminação de dados pessoais de crianças e adolescentes	93
3.	Direito à eliminação de dados pessoais	95
4.	Direito à privacidade.....	99
5.	Direito à informação.....	101
6.	Direito ao esquecimento.....	104
7.	Conclusões	112
8.	Referências bibliográficas.....	113
4.	O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA LGPD	117
1.	Introdução	117
2.	A era da informação e dos dados pessoais	119
3.	Organização Administrativa Brasileira	121
4.	Os princípios constitucionais incidentes na LGPD.....	124
5.	O tratamento de dados pessoais pelas “estatais”	128
5.1.	Espécies de empresas públicas e de sociedades de economia mista	131
6.	Empresas públicas e sociedades de economia mista na LGPD	132
6.1	Políticas públicas e as redes de sistemas governamentais	134
7.	Conclusões	136
8.	Referências bibliográficas	137

5. ÔNUS E BÔNUS DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO TRATAMENTO DE DADOS POR SERVENTIAS NOTARIAIS E REGISTRASIS	141
1. Introdução	142
2. Serviços notariais e registrais	144
3. Internet, tecnologia e novas tendências	150
4. Adequação às normativas contemporâneas	157
5. Conclusões	165
6. Referências Bibliográficas	168
6. REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA, BOAS PRÁTICAS, GOVERNANÇA E COMPLIANCE NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	171
1. Introdução	171
2. Proteção dos Dados Pessoais: Governança, Boas Práticas e <i>Compliance</i>	174
2.1 Dados Pessoais e o Vazamento de Informações....	174
2.2 Governança Corporativa e Governança de TI	177
2.3 Governança: Medidas técnicas e administrativas	181
3. Autoridade Nacional, Boas Práticas e <i>Compliance</i>	185
3.1 Incidentes de segurança e Boas Práticas.....	185
3.2 Comunicação à Autoridade Nacional	188
3.3 Governança, Boas Práticas e <i>Compliance</i>	191
4. Conclusões	197
5. Referências bibliográficas.....	199
7. A ESTRUTURA E A NATUREZA JURÍDICA DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COM BASE NA LEI Nº 13.853/19	203
1. Introdução	203
2. Desenvolvimento	205
2.1. Da legislação europeia e requisitos a uma Autoridade de Proteção.....	205
2.2. Da legislação brasileira	214
2.2.1 Da natureza transitória da Autoridade de Proteção brasileira.....	214
2.2.2 Da natureza de autarquia de regime especial	222

3.	Conclusões	228
4.	Referências bibliográficas.....	230
8.	AS LIMITAÇÕES DA UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE <i>BIG DATA</i> À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	233
1.	Introdução	234
2.	O <i>Big Data</i> : aspectos gerais e relevantes	238
3.	A proteção de dados pessoais no Brasil.....	244
3.1	As demais bases legais para tratamento de dados pessoais	252
3.2	A responsabilidade pelo descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)	259
4.	Conclusões	264
5.	Referências bibliográficas.....	266